

NÃO AO SUBSÍDIO!

Educação REJEITA reajuste por subsídio e exige atendimento da Pauta Unificada de Reivindicações

- ▶ Governo desconsidera a Pauta Unificada da categoria e apresenta ao Fórum das Entidades, durante ato no dia 16/5, proposta de subsídio, que acabaria com o quadro de carreiras da Educação e os direitos a ele relacionados, como quinquênio e sexta parte
- ▶ É afronta à categoria, que para futuros reajustes ficaria dependente das supostas disponibilidades de caixa alegadas pelo governo.

PARALISAÇÃO E ATO

Terça, 23 de maio, 14h, em frente à prefeitura, no Viaduto do Chá!

No dia 22/5 haverá reunião de negociação com o governo. Se não houver mudança na proposta, a categoria poderá entrar em GREVE UNIFICADA por tempo indeterminado!

Fórum reafirma a Pauta Unificada de Reivindicações, exige resposta e convoca a categoria para a luta!

- ▶ 16,36% de reposição anual da inflação e reajuste salarial
- ▶ Fim da política de reajuste de 0,01%
- ▶ Melhores Condições de trabalho e saúde
- ▶ Realização de Concursos públicos e fim das terceirizações
- ▶ Revogação do confisco de 14% sobre os aposentados (atuais e futuros)

Assuma esse compromisso e junte-se a quem luta com você!



Subsídio é ataque do governo aos Servidores e aos Serviços Públicos

Mesmo com cerca de R\$ 36 bilhões em caixa, a gestão Ricardo Nunes tenta novamente impor o formato de remuneração por subsídio. Esse é um de seus artifícios para enfraquecer e acabar aos poucos com a carreira pública. Maldosamente, busca se aproveitar das diferenças existentes entre setores do funcionalismo municipal para aplicar um plano que seria devastador para os Serviços e os Servidores Públicos.

Impõe fim de direitos e prejuízo para todos

Com o subsídio, todos seriam prejudicados. Os próximos reajustes só viriam em caso do governo reconhecer disponibilidade de caixa. Isso colocaria os Servidores à mercê de sua “boa vontade”. E os reajustes atual e futuros não entrariam no padrão de vencimentos.

Esse tipo de remuneração reestruturaria e acabaria com o quadro de carreiras da Educação como é hoje. Seria o fim de diversos direitos his-

tóricos ligados ao atual padrão de vencimentos.

Por exemplo, quem já recebe quinquênios e sexta parte teria a incorporação do que recebe hoje, e deixaria de ter ampliação com o acúmulo de anos trabalhados. Os novos jamais teriam esse direitos.

Também haveria prejuízo nas ações judiciais com valores a receber ligados ao atual quadro de remuneração, com enorme prejuízo para milhares de servidores.

É enganação do governo

O governo diz que o subsídio unifica as tabelas de vencimentos e elimina disparidades vindas de decisões judiciais e outros mecanismos, mas esse argumento não se sustenta, porque o ajuste poderia ser feito por outros meios.

Por isso, ele tenta enganar os trabalhadores dizendo que, se aprovado o subsídio, quem quisesse poderia optar por ficar no quadro atual, sem dizer que, nesse caso, não haveria garantia de reajuste porque a carreira seria alterada.

Subsídio é irmão da privatização

Essa tentativa de ataque aos Servidores coaduna com o projeto da atual administração municipal, de ceder a gestão da educação e outros serviços públicos a entidades privadas disfarçadas de OS, como atesta o PL 573/21.

Que ninguém se engane: remuneração por subsídio é irmã gêmea da privatização.

Produz o fim da carreira e do concurso, retira verbas, enfraquece a educação pública e escancara as portas para a terceirização de mão de obra.

É um apêndice do projeto neoliberal, de destruição do estado e colocação das verbas públicas nas mãos do “mercado”, que corresponde a empresários ávidos por extrair lucros da educação e outros setores públicos.